

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial

95143 7 2007 DP 50
Al FGC

Distribuição gratuita

Legislativo aprova Prêmio Educar

Projeto de conversão em lei de medida provisória institui gratificação a professores públicos estaduais em atividade



Eduardo Guedes de Oliveira

Com Plenário lotado e em sessão marcada por manifestações, os deputados aprovaram, dia 9, o projeto de conversão em lei da medida provisória que cria o Prêmio Educar. A proposta original do Executivo recebeu 22 votos no Plenário.

Representados por comitivas de várias entidades, os servidores do magistério repudiaram a proposta do Executivo, que não contempla os aposentados. O prêmio será instituído com data retroativa a 1º de março.

Página 9

Em sessão que chegou a ser suspensa três vezes por causa das manifestações, parlamentares autorizam concessão de benefício a servidores ativos do magistério

Eduardo Guedes de Oliveira



Procurador Gercino Gomes Neto

Ministério Público faz balanço no Parlamento

Página 3

Ciclo de Debate sobre Eleições 2008 começa em Otacílio Costa

Carlos Kilian



Público acompanha palestras sobre legislação eleitoral e erros comuns cometidos nos pleitos

Página 4

Crianças com deficiência terão brinquedos adaptados em parques

Instituído Dia da Rede Feminina de Combate ao Câncer

Consumidor de combustíveis ganha proteção

Páginas 10 e a 11

OPINIÃO

Por um trânsito mais humanizado

A medida pode até ser antipática e o projeto polêmico. Mas sei que vidas serão poupadas e que seqüelas irreversíveis serão evitadas. E sei que, aos poucos, teremos um trânsito mais humanizado.

A implantação de medidores e redutores fixos de velocidade não será uma "fábrica de multas" e muito menos o retorno de "pardais" como muitos teimam em dizer. É sim um dos meios que tornará as rodovias estaduais mais seguras e disciplinadas.

Não será fábrica de multa, primeiro, porque haverá estudos que determinarão onde serão instalados os redutores. Haverá sinalização e orientação aos motoristas. Ninguém será pego desprevenido e só será multado o motorista, aquele que ultrapassar o limite máximo de velocidade. O objetivo não é arrecadar dinheiro. É salvar vidas. Não será fábrica de multas, também, porque os equipamentos estarão afixados em trechos comprovadamente perigosos. As estatísticas é que

apontarão os locais.

E vamos rever os limites de velocidade. Será utilizada tecnologia avançada para redefinir a quantos km por hora pode-se chegar a determinados trechos onde é impossível trafegar em baixa velocidade. Em muitas rodovias dá para dirigir a mais de 80 km/hora com segurança.

A ativação dos medidores e redutores de velocidade só vai acontecer depois que o Departamento Estadual de Infra-estrutura realizar a revisão, sinalização e atualização da regulamentação dos novos limites. E para deixar o processo mais transparente, fica proibido adotar como base de cálculo a receita arrecadada com as multas para pagar a empresa a ser contratada. E cada centavo das multas será aplicado no próprio projeto para que tenhamos rodovias modernizadas e seguras proporcionando a todos viagens tranquilas nos dando a certeza da ida e também da volta.

Não há intenção alguma de prejudicar pessoas, de armar

arapucas; há intenção, sim, de humanizar o trânsito.

Quero – assim como tenho certeza é à vontade de todos os catarinenses – poder sair com a minha família e ter a certeza de que nem uma vida será interrompida por causa da imprudência de muitos motoristas que transformam as rodovias do Estado em verdadeiras pistas de corrida.

De 1995 a 2002 havia radares fixos. Ao serem desativados aumentou 52,82% o número de mortos; aumentou 122,61% o número de acidentes com vítimas; aumentou 106,42% o número de feridos; aumentou 53,82% o número de acidentes sem vítimas e aumentou em 78,88% o custo ao poder público com acidentes.

Assim, o projeto de lei que institui a implantação de medidores e redutores de velocidade não é contra o motorista, e sim, a favor da vida.

Deputado Elizeu Mattos (PMDB)

Nossa contribuição para Reforma Tributária

O Brasil tem uma estrutura tributária muito complexa. Para equacionar esta engenharia, o governo federal colocou na pauta nacional a discussão da Reforma Tributária. O cenário nunca esteve tão favorável a sua tramitação.

A consolidação da estabilidade macroeconômica e os investimentos públicos levaram a um novo ciclo de desenvolvimento, voltado para a aceleração do crescimento, a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Neste contexto, a proposta que altera o Sistema Tributário Nacional permitirá um desenvolvimento mais "saúdável" para os Estados e municípios. Dentre as propostas, está a simplificação e desburocratização, o aumento da formalidade, eliminação das distorções da estrutura tributária, o fim da guerra

fiscal, o avanço da desoneração e o aperfeiçoamento da política de desenvolvimento regional.

A Reforma, que já tem apoio de vários governadores, também propõe a redução de 20% para 14% da contribuição dos empregadores para a previdência. Acompanhando a desoneração da folha salarial, a extinção de cinco tributos, transformando-os no imposto sobre o valor adicionado (IVA-F) e no novo ICMS havendo uma desoneração de itens da cesta básica, como, por exemplo, o pão, o açúcar, o arroz e o óleo de soja tornando o sistema tributário mais justo e menos oneroso para a parcela mais pobre da população.

Com a proposta apresentada serão beneficiadas as empresas, os trabalhadores, os Estados e os municípios onde todos ganharão. Entre os vários benefícios, as em-

presas ganharão com o aumento da eficiência econômica e da produtividade através da redução da incidência cumulativa de tributos, os trabalhadores com a desoneração abrangente da cesta básica, os Estados e municípios com o aumento da arrecadação por conta da redução da sonegação, com a implementação da Nota Fiscal Eletrônica e com o fim da guerra fiscal.

Neste momento precisamos popularizar o projeto, tencionar para que o assunto não 'volte para a gaveta'. Por isso propomos uma Subcomissão, na Comissão de Finanças e Tributação, que promoverá o debate em SC e o seu resultado será levado como nossa contribuição ao Congresso Nacional.

Deputado Décio Góes (PT)

TVAl é finalista do Prêmio Nacional de Jornalismo SEBRAE

O documentário SANTATEC produzido pela TVAl está entre os cinco finalistas da região Sul do Prêmio Nacional de Jornalismo Sebrae, selecionados entre mais de 600 trabalhos de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

A série com três reportagens que trata da inovação tecnológica catarinense já foi premiada em 2007 pela Federação das

Indústrias de Santa Catarina (Fiesc).

O trabalho foi idealizado pela jornalista Suelen Costa, que ao lado de Tatiana Kinoshita assina os textos, produção e edição. A direção é de Valdir Mauricio e Nelson Wolter e as imagens de Rodrigo Ramos e Marcelo Bing. Everton Medeiros e Rogério Vidi editaram o trabalho, finalizado também por Medeiros.

[AGENDA]

• **Dia 14, 8h30min:** Comissões de Justiça, Finanças e Trabalho e Serviço Público - Audiência pública para debater o Iprev
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros - Capital

• **Dia 14, 19h:** Sessão solene centenário de nascimento de José Patrocínio Gallotti
Local: Plenário

• **Dia 14, 19h:** Exposição coletiva de artistas riosulenses
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

• **Dia 15, 9h:** Comissão de Saúde - Audiência pública "Reflexões sobre a situação do Instituto de Psiquiatria de SC – Antiga Colônia Santana"
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **Dia 15, 15h:** Comissões de Justiça, Finanças e Trabalho e Serviço Público - Audiência pública para debater o Iprev
Local: Auditório da Unoesc – São Miguel do Oeste

• **Dia 16, 9h:** Comissões de Justiça, Finanças e Trabalho e Serviço Público - Audiência pública para debater o Iprev
Local: Auditório da Epagri - Chapecó

• **Dia 16, 19h:** Lançamento do livro "Os sonhadores", de Markian Kalinoski
Local: Hall da Assembléia Legislativa

• **Dia 16, 19h30min:** Comissões de Justiça, Finanças e Trabalho e Serviço Público - Audiência pública para debater o Iprev
Local: Auditório da Unoesc – Joaçaba

• **Dia 17, 19h:** Sessão solene 14 anos da Associação dos Bombeiros Voluntários em SC (Abvesc)
Local: Plenário Osni Régis

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Audiência pública dá voz a reivindicações de produtores rurais

Agricultores questionaram taxas cobradas por conselhos de regulamentação profissional e órgãos de fiscalização, que estariam inviabilizando a atividade e mantendo pequenas empresas na informalidade

Scheila Dziedzic

Produtores rurais participaram, dia 9, de audiência pública com objetivo de pôr fim ao impasse que cerca a cobrança de taxas pelos conselhos de regulamentação profissional e órgãos de fiscalização sobre as atividades das pequenas agroindústrias familiares. Um conjunto de encargos que, para eles, inviabiliza a atividade.

Eles não contestam o custo de manutenção de um técnico responsável, uma exigência que garante a qualidade do produto, mas questionam outras taxas cobradas pelos conselhos de regulamentação profissional dos respectivos técnicos contratados – conselhos regionais de Medicina Veterinária (CRMV) e Química (CRQ). Soma-se a isso o fato de não estar claro a qual dos conselhos cabe a responsabilidade na atividade da agroindústria familiar.

Na audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura, a pedido do deputado Dirceu Dresch (PT), os representantes dos conselhos esclareceram que a cobrança é determinada pela lei que regulamenta a atividade de cada um deles.

O CRMV cobra quatro taxas: certificado de regularidade que reconhece o registro da empresa no conselho da classe (R\$ 36,00/uma só vez); anotação de

responsabilidade técnica (ANT), uma vez ao ano, no valor de R\$ 30,00; taxa de inscrição em uma parcela de R\$ 115,00 e a anuidade do conselho a que está inscrito, cujo valor é definido a partir do valor do capital social de cada empresa, mas parte do valor mínimo de R\$ 380,00.

Já o CRQ cobra dos produtores as taxas de anotação técnica de responsabilidade (anual) e anuidade determinada pelo valor do capital social da empresa, tendo como valor mínimo R\$ 400,00. Ambos os conselhos informam que estas taxas são cobradas apenas daqueles produtores que se apresentam

como empresas.

Responsabilidade

A divergência dos conselhos regionais de Medicina Veterinária e de Química sobre a quem cabe a responsabilidade no processo de produção da agroindústria familiar é amparada por cada um deles em legislação das respectivas categorias.

O CRMV entende como atividade privativa dos médicos veterinários toda aquela que tenha como base matéria-prima de origem animal, seja armazenamento, manipulação, produção e comercialização. Segundo o médico veterinário

Fernando Zacchi, a confusão maior acontece nas empresas de laticínio e fabricação de embutido porque “há uma fração mínima de processo químico” na produção.

No entendimento do Conselho Regional de Química, eles têm responsabilidade em toda atividade que envolva processo químico de industrialização de alimentos. Além daqueles que exigem a análise laboratorial de qualidade. Em parecer levado ao CRQ também é argumentado que a área de atuação do médico veterinário seria apenas no setor primário, passando a ser do químico quando envolve o processo industrial de transformação da matéria-prima.

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Em reunião promovida pela Comissão de Agricultura, pequenos produtores rurais falam da oneração da atividade

Solução pode estar no debate da legislação

Como resultado da reunião, o deputado Dirceu Dresch (PT) destacou pontos que podem acabar com o impasse. Entre eles, defendeu debate com os conselhos regionais para que o agricultor possa fazer a opção pela entidade que entende responsável pela atividade desenvolvida em sua propriedade.

Depois dessa definição, entende o parlamentar, os agricultores deverão ingressar na Justiça para suspender a outra cobrança. Ele garantiu mobilização política para que haja uma revisão na legislação federal. “Queremos que o governo trate como diferente o diferente”, disse Dresch, referindo-se à peculiaridade das agroindústrias familiares. Segundo ele, em Santa Catarina há cerca de 30 mil famílias atuando nesta atividade econômica que agrega valor à produção. Mas, destas, 80% atuam na informalidade devido a situações como as que foram tratadas na audiência.

Dresch, que já realizou diversas reuniões regionais com os agricultores, considera a cobrança “absurda e incoerente”. O parlamentar informa que quem se recusa a pagar está sendo multado e várias agroindústrias já entraram na Justiça.

Ministério Público apresenta relatório anual de atividades

O resultado das atividades realizadas pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) em 2007 foi apresentado dia 9 na Assembléia Legislativa pelo procurador-geral de Justiça, Gercino Gerson Gomes Neto. A apresentação, prevista no artigo n.º 101 da Constituição Estadual, demonstrou a estrutura do MPSC, em termos financeiros e de pessoal, e quais as ações empreendidas em favor da sociedade.

O documento também mostrou as principais atividades das procuradorias e promotorias de Justiça e destacou as prioridades estabelecidas para o ano, como o combate à criminalidade de elevada repercussão social e aos crimes

contra a administração pública e contra o sistema tributário.

Segundo os dados apresentados, em 2007 o número de denúncias-crime oferecidas à Justiça pelo Ministério Público foi quase 10% maior do que no ano anterior.

Como exemplo, o procurador citou a demanda de Ações Cíveis Públicas geradas pela sociedade cobrando direitos dos idosos. “No ano passado foram ajuizadas 109 ações, enquanto que em 2006 foram 77. Um crescimento de 41,56%”, disse.

Gercino afirmou que houve acréscimo em todos os tipos de denúncias e chamou a atenção para o volume de casos de crimes

contra o consumidor, que dobrou no ano passado, saltando de 101 para 202. “Muito foi feito, mas o nosso principal desafio é a ampliação de recursos. O Ministério Público tem como função essencial a manutenção da Justiça e é por isso que estamos trabalhando”, enfatizou.

Após a apresentação na Assembléia Legislativa, o relatório será publicado e remetido aos poderes e órgãos públicos do Estado, bibliotecas públicas, veículos de comunicação e diversos segmentos representativos da sociedade. O relatório também será disponibilizado no portal do MPSC (www.mp.sc.gov.br).



Procurador-geral de Justiça, Gercino Gerson Gomes, faz balanço

INSTITUCIONAL

Otacílio Costa abre ciclo de palestras sobre as eleições 2008

Fotos: Carlos Kilian



Público de mais de 100 pessoas prestigiou a abertura do evento, ocorrido na Serra catarinense

Iniciativa é da Assembléia Legislativa em parceria com Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal de Contas do Estado

Otacílio Costa, na região serrana catarinense, abriu dia 4 o "Ciclo de Debates sobre as Eleições 2008", uma iniciativa da Assembléia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral (TRE) e o Instituto de Contas (TCE). O evento teve apoio da União dos Vereadores da Região Serrana (Uveres) e da Câmara Municipal de Vereadores de Otacílio Costa. Mais de 100 pessoas, entre prefeitos, presidentes de Câmaras, vereadores, pré-candidatos e comunidade participaram da reunião.

A solenidade de abertura contou com a participação do presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), dos prefeitos Altamir José Paes (PMDB), de Otacílio Costa, e Antonio Coelho Lopes (DEM), de Capão Alto, da vereadora Eliany Koehler de Ávila (PMDB), presidente da Câmara de Vereadores anfitriã, da vereadora de Rio Rufino, Mariza Costa Valter (PP), presidente da União de Vereadores da Região Serrana (Uveres), e

da soldado Andreza de Araújo, representando o comando da Polícia Militar da cidade.

Joares Ponticelli, que já foi vereador, admitiu que é difícil compreender a legislação eleitoral, principalmente para quem está estreando nas disputas eleitorais. "Sei que é difícil entender as regras para as eleições, principalmente porque acontecem muitas mudanças, por isso estamos aqui hoje, para debater e conhecer com mais profundidade estas questões."

Para o parlamentar, se os candidatos não prestarem atenção nas regras, poderá haver mais disputa nos tribunais do que na própria eleição.

Neiva Maria Passos, coordenadora da Comissão de Acessibilidade da Fundação Catarinense de Educação Especial, abriu os trabalhos apresentando o programa sob sua coordenação: "Acessibilidade, Inclusão e Cidadania das Pessoas com Deficiência". Ela estará acompanhando todas as etapas do Ciclo de Debates.

TRE alerta para erros primários

Daniel Scheafer Sell, servidor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e especialista em Direito Eleitoral, abordou os pontos mais comuns da legislação eleitoral, mas que não são observados atentamente. Ele proferiu a segunda palestra do dia.

Sell classificou como primários os erros das propagandas como em *outdoors*, camisetas e canetas - na desincompatibilização e até mesmo ausência de foto no registro. "Se fossem tomados cuidados especiais nestes casos, diminuiria em muito as ações no Judiciário", afirmou.

No período da tarde, Denise Goulart Schlickmann, coordenadora de Controle Interno do TRE/SC e representante do Sul do país no grupo de estudos que minuta

as normas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apresentou o tema "Prestação de Contas de Campanhas". Denise focou sua apresentação mais na arrecadação dos recursos de campanha e na sua utilização do que propriamente na prestação de contas. "Prestar atenção nas fontes arrecadoras e como utilizá-las corretamente, inevitavelmente, facilitará em muito a prestação das contas", afirmou.

Para ela, a falta de abertura de conta bancária específica de campanha é um dos erros mais comuns dos candidatos. Outro ponto importante que mudou na legislação, segundo a técnica, é de que "quem não tiver suas contas aprovadas não poderá obter a certidão de quitação eleitoral, e

conseqüentemente, não conseguirá o registro de candidato".

O diretor e especialista em Auditoria Pública Geraldo José Gomes, da Diretoria de Municípios do TCE, encerrou os trabalhos falando sobre o "Término de Exercício Eletivo: possibilidades e restrições no último ano do mandato". Gomes alertou sobre as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as vedações de final de mandato, como as dívidas do último ano do mandato que não podem ser deixadas para o próximo administrador, e deu o enfoque do Tribunal de Contas sobre concessões de subvenções e auxílios. Segundo Geraldo, "um dos pontos que mais apresenta problemas junto ao Tribunal de Contas é o item com aumento de gastos com pessoal".



Presidente da Escola do Legislativo, Joares Ponticelli, abre encontro

Capivari sedia próxima reunião

Capivari de Baixo, na região sul do Estado, será sede, neste dia 11, a partir das 8h30min, da segunda etapa do "Ciclo de Debates sobre as Eleições 2008".

Para falar sobre "Prestação de Contas" estará presente o analista judiciário e chefe da Sessão de Análise Contábil do TRE, Elton Carion Carsten. A também analista Judiciária e chefe da Coordenadoria Regional Eleitoral do TRE/SC, Renata Beatriz de Favere, apresentará o

tema "Regras para as Eleições 2008". O tema "Término de Exercício Eletivo: possibilidades e restrições no último ano do mandato" será assunto de Marcelo Brognoli da Costa, consultor geral do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O programa "Acessibilidade, Inclusão e Cidadania das Pessoas com Deficiência", da Fundação Catarinense de Educação Especial, também será apresentado durante o evento. A União de Vereadores

da Região de Laguna (Uveerel) e da Câmara de Vereadores de Capivari de Baixo são apoiadores do evento.

Os outros municípios que receberão o ciclo são Barra Velha e Canoinhas, no mês de maio, e Concórdia, Sombrio, Florianópolis, São Lourenço do Oeste e Blumenau, em junho. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site da Escola (www.alesc.sc.gov.br/escola), pelos fones (48) 3221-2828, 3221-2952.

Programação

- 8h30min - Credenciamento
- 9 horas - Abertura
- 10 horas - Regras para as Eleições 2008
- 12 horas - Almoço
- 13h30min - Prestação de Contas de Campanhas
- 15 horas - Intervalo
- 15h30min - Término de Exercício Eletivo: possibilidades e restrições no último ano do mandato
- 17h30min - Encerramento

ESPECIAL

Luis Nassif é convidado de O Brasil em Debate

Ícone do jornalismo econômico brasileiro vai localizar o Brasil no mapa da economia mundial

Evelise Nunes

Um dos mais importantes jornalistas da atualidade, Luis Nassif será o convidado da segunda edição deste ano do programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa. No próximo dia 23, a partir das 19 horas, no auditório Antonieta de Barros, o jornalista fará a palestra "O Brasil no Mapa da Economia Mundial". Nassif irá abordar temas da economia nacional e a repercussão das crises da economia internacional no Brasil, mostrando o panorama atual e as perspectivas e tendências de futuro.

Realizado pelo Parlamento catarinense, O Brasil em Debate traz personalidades de destaque nacional para debater com a população temas atuais e relevantes do cenário nacional. As palestras são gratuitas e as vagas limitadas



Nassif: jornalismo de serviço

à capacidade do auditório. Para a palestra com Luis Nassif, as inscrições podem ser feitas a partir das 9 horas do dia 16, exclusivamente através do site www.alesc.sc.gov.br. O Brasil em Debate conta com apoio da Associação Catarinense de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

Currículo de sucesso

Introdutor do jornalismo de serviços e do jornalismo eletrônico no país, Luis Nassif passou a se interessar cedo pelo jornalismo. Aos 13 anos, editou o jornal do Grupo Gente Nova e, aos 15, fez estágio no Diário de Poços, em Poços de Caldas (MG), cidade onde nasceu. Foi estagiário da Veja em 1970 e em 1974 tornou-se repórter de economia. Assumiu o caderno de finanças da revista em 1975.

Em 1979 foi para o Jornal da Tarde como pauteiro e chefe de reportagem de economia. Lá, criou a seção "Seu Dinheiro" e o caderno "Jornal do Carro". Mudou para a Folha de S. Paulo em 1983, onde criou a seção "Dinheiro Vivo" e o projeto do Datafolha. Em 1985, criou o programa

"Dinheiro Vivo", na TV Gazeta de São Paulo. Assim nasceu a Agência Dinheiro Vivo, primeira empresa jornalística do país a trabalhar com informações em tempo real, em 1987. No mesmo ano, saiu da Folha, retornando, de 1991 a 1996, como colunista de economia e membro do conselho editorial. Iniciou em 2007 uma série sobre os bastidores da Veja, em que critica o jornalismo da revista nos últimos anos.

Versátil, Nassif também é cronista e músico. Com "Menino de São Benedito e outras crônicas", foi finalista do Prêmio Jabuti de 2003. Como músico, lançou o CD "Roda de Choro", solando bandolim, trabalho semi-finalista do Prêmio Sharp de Música Instrumental, em 1995.

Premiações

Prêmio Esso, categoria principal, com a série de reportagens sobre o Plano Cruzado, em 1986.

Prêmio de Melhor Jornalista de Economia da Imprensa Escrita do site Comunique-se em 2003 e 2005, em eleição direta da categoria.

Obras

O Menino do São Benedito e Outras Crônicas (2001, Ed. Senac, São Paulo, 456 pp.) - 126 crônicas com as reminiscências e impressões pessoais de Nassif sobre diversos temas, como a infância em Poço de Caldas, MPB, esporte e o país.

O Jornalismo dos Anos 90 (2003, Ed. Futura, 320 pp.) - analisa a cobertura da imprensa em diversos episódios como o impeachment de Fernando Collor, o Caso da Escola Base, o do Bar Bodega e outros.

Os Cabeças-de-Planilha (2007, Ed. Ediouro, 312 pp.) - analisa a economia nos governos de FHC e traça um paralelo entre a Política do Encilhamento de Rui Barbosa e o Plano Real.



PODER É SABER. IR ATÉ A FONTE,
SEM RUÍDOS, NEM VERSÕES.

O BRASIL EM DEBATE NA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA TRAZ O JORNALISTA LUIS NASSIF
COM O TEMA "O BRASIL NO MAPA DA
ECONOMIA MUNDIAL". DIA 23 DE ABRIL,
ÀS 19H NO AUDITÓRIO DA ASSEMBLÉIA.
INSCRIÇÕES A PARTIR DAS 9H DO DIA 16
DE ABRIL EXCLUSIVAMENTE PELO SITE
WWW.ALESC.SC.GOV.BR. VAGAS GRATUITAS
E LIMITADAS. ASSISTA E TIRE SUAS
PRÓPRIAS CONCLUSÕES.

ASSEMBLÉIA
Cada dia mais presente na sua vida

Apoio



Realização



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COMISSÕES



Na reunião, Diretora de Vigilância Epidemiológica divulgou que foram confirmados 103 casos da doença no estado no ano passado; este ano foram feitas 19 notificações

Prevenção, palavra de ordem contra dengue

Comissão de Saúde realiza audiência pública para manter estado livre da doença

Graziela May Pereira

Em 2008, em Santa Catarina, já foram registrados 19 casos de dengue. Todos os casos confirmados são importados, ou seja, os portadores da doença contraíram a dengue em outro estado. Com o objetivo de manter o território catarinense sem contaminações, a deputada Odete de Jesus (PRB) solicitou à Comissão de Saúde uma audiência pública para tratar a situação da dengue no Estado.

Os dados coletados em abril pela Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE) mostram que no

ano passado foram confirmados 103 casos, enquanto que em 2004, apenas 12 casos foram comprovados. Segundo a DIVE, O Programa de Controle da Dengue Catarinense vem conseguindo cumprir seu principal objetivo, impedir a circulação viral mantendo a vigilância do *Aedes aegypti* no seu território. Entretanto, tal situação tende a não se manter, considerando o aumento do número de focos do mosquito em 2007.

Neste ano foram encontrados quase 400 focos espalhados pelo estado. A maioria deles se encontra em Chapecó. "Já debatemos

o assunto no ano passado, mas a dengue é um tema que não pode ser esquecido. A população tem que estar unida. Abraçar a prevenção com toda a força", disse Odete.

A parlamentar ainda chamou a todos para lutar contra o mosquito e lamentou a pouco público participante. "É uma pena que poucas pessoas vieram discutir um assunto com essa importância. Mas, de qualquer forma, quero convidar a todos para trabalhar em prol da prevenção. Vamos fazer faxina nas nossas ruas e cidades".

Brasil teve 481 mil casos em 2007

De janeiro até novembro de 2007 foram detectados no Brasil 481 mil casos de dengue, sendo 1.076 de febre hemorrágica, resultando em 121 óbitos. Desde 1986, o Brasil vem convivendo com epidemias. No mesmo período de 2006, o número de casos notificados chegou a 159.948. Os estados mais atingidos são Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e São Paulo.

Santa Catarina é o único estado do país sem transmissão autóctone da doença, ou seja, que não foi contraída aqui, entretanto registra casos suspeitos permanentemente, que são confirmados por critério laboratorial e classificados como importados.

Luis Antônio da Silva, diretor da DIVE, afirmou que o estado tem dois problemas para serem resolvidos. Primeiro é a questão

de contratação dos agentes de saúde. "A atividade feita debaixo de sol escaldante é complicada. Essas pessoas são os nossos heróis. O outro aspecto é a organização social como a proliferação de borcharias e desmanches espalhados pelo estado".

Em relação aos focos, Luis Antônio contou que cabe aos agentes identificá-los e agir num raio de 300 metros para evitar a infecção e procriação do mosquito. Em 2005, foram instaladas redes de armadilhas para larvas, uma a cada 100 imóveis, em todos os municípios, num total de 17.640 inspeccionadas semanalmente, totalizando 771.081 visitas por ano. "É a grande vantagem do sistema de vigilância de Santa Catarina", comentou. Cerca de 9 mil locais estratégicos são inspeccionados quinzenalmente, totalizando 176.016 visitas por ano.

MP é parceiro

O Ministério Público do Estado é um dos parceiros do programa da Secretaria Estado da Saúde. Os promotores de Justiça fazem vigilância das ações dos prefeitos e dos agentes privados dos municípios.

O promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações do Ministério Público, Leonardo Henrique Marques Lehmann, ressaltou que, após receber os dados com o aumento dos casos em Santa Catarina, decidiu municiar os promotores para que atuem na prevenção da dengue nas comarcas.

"Sempre que um determinado município parar de realizar suas atividades de combate, nós entramos em contato para saber o que aconteceu". Conforme Leonardo, neste ano, todos os 293 municípios estão com seus programas de combate a dengue ativos.

Previna-se

- Coloque areia nos pratinhos das plantas;
- Remova duas vezes por semana a água acumulada em folhas de plantas, como as bromélias;
- Coloque tampinhas de garrafas, cascas de ovos, latinhas, embalagens e copos plásticos, ou qualquer objeto que possa acumular o mínimo de água, em saco plástico. Feche bem o lixo;
- Mantenha as lixeiras tampadas;
- Lave com escova os potes de comida e água dos animais um vez por semana, no mínimo;
- Deixe a tampa do vaso sanitário fechada e dê descarga no mínimo uma vez por semana em banheiros pouco usados;
- Coloque cimento nos cacos de vidro dos muros;
- Mantenha ralos fechados e desentupidos;
- Retire água acumulada da laje;
- Guarde os pneus secos e cobertos ou preencha-os com areia;
- Mantenha as calhas para água da chuva desentupidas;
- Retire a água e limpe as bandejas externas da geladeira;
- Deixe os depósitos para guardar água sempre tampados;
- Guarde as garrafas com o gargalo para baixo;
- Trate a água de piscinas com cloro e limpe-as uma vez por semana.

Conheça a doença

A dengue é transmitida pelo mosquito *Aedes Aegypti* infectado com o vírus da doença. Os sintomas são febre, dor de cabeça, dor no corpo e dor por trás dos olhos. A pessoa infectada pode apresentar ainda dor nas juntas e manchas vermelhas na pele. Caso sinta alguns desses sintomas é fundamental que procure a unidade de saúde mais próxima e tome líquidos em abundância. Evite o uso de medicamentos a base de ácido salicílico, como aspirina,

AAS, melioral.

O combate tem que ser feito todos os dias, pois os ovos continuam vivos por até um ano. A melhor forma de evitar a doença é impedindo a reprodução do mosquito. Para isto, é preciso impedir o acúmulo de água nos locais onde ele gosta de colocar seus ovos, como pneus, latas, garrafas plásticas, vasos de planta, caixas d'água destampadas, piscinas não tratadas.

Fonte: SES

COMISSÕES

CCJ mantém calendário das audiências públicas para discutir Iprev

Florianópolis será sede da primeira reunião, no dia 14, e Joinville da última, programada para o dia 30

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) manteve o calendário das audiências públicas para discutir o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (Iprev), apesar das divergências em relação às datas. Os nove encontros serão realizados conforme o cronograma do relator da matéria, Herneus de Nadal (PMDB), líder do governo.

O primeiro ocorrerá no dia 14, em Florianópolis, e o último, no dia 30, em Joinville. O líder do governo, Herneus de Nadal, admitiu que a equação foi difícil, pois era necessário conciliar as agendas dos demais poderes e representantes do Ministério da Previdência com os locais e as datas em que se realizarão os eventos.

“Este calendário já passou e chegou a muitas mãos. Retroagir seria uma dificuldade, até mesmo porque há também os prazos para a

tramitação nas demais comissões. É preciso se levar em conta que este é um ano eleitoral”, disse Herneus, temendo prejuízos nas discussões em virtude das eleições municipais.

O deputado Marcos Vieira (PSDB) cobrou do relator a fixação de prazos para emendas e parecer final e o direito do pedido de vista.

Os deputados de oposição destacaram a importância da apresentação do cálculo atuarial, que deverá determinar de quanto será a contribuição patronal e dos servidores incluídos no regime para garantir o pagamento dos benefícios contidos na lei. De acordo com o deputado Padre Pedro Baldissera (PT), existe um pedido de informação no mesmo sentido formulado por sua bancada e apresentado na comissão. Nadal assumiu o compromisso de buscar o dado junto ao Executivo.



Líder do governo e relator da matéria, deputado Herneus de Nadal, se compromete a buscar cálculo atuarial

Servidores públicos estaduais fazem nova vigília

A exemplo do que vem ocorrendo todas as quintas-feiras desde o dia 14 de fevereiro, nesta semana foi realizada mais uma vigília de servidores públicos estaduais contrários ao Iprev.

Reunidas na Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa, cerca de 50 pessoas de Florianópolis, Joinville, Barra Velha, Chapecó, Joaçaba, Concórdia, Criciúma, Canoinhas e Palmitos, representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa

Catarina (Sintespe) e da Associação Catarinense de Professores (ACP), conversaram com os deputados Moacir Sopelsa (PMDB), Jean Kuhlmann e Darci de Matos, do DEM.

Sopelsa respondeu aos apelos dos servidores afirmando que os deputados são transitórios, enquanto a categoria é permanente, e que, por isso, defende uma política salarial perene. Após ouvir reclamações sobre o calendário das audiências para discutir o Iprev, o deputado anunciou que participará dos en-

contros, em Chapecó e Joaçaba.

Falando em nome da bancada do DEM, Kuhlmann sugeriu que os servidores organizem um documento com todas as críticas ao projeto. Matos foi o último a conversar com os representantes e pediu que seja feita uma análise de fato aprofundada por parte dos servidores. “Joinville e Papanduva, por exemplo, têm regimes semelhantes ao proposto pelo Executivo estadual e funcionam muito bem”, observou.

Agenda

- Dia 14** – Capital (Auditório Antonieta de Barros), às 8h30min
- Dia 15** – São Miguel do Oeste (Auditório da Unoesc), às 15 horas
- Dia 16** – Chapecó (Auditório da Epagri), às 9 horas
Joaçaba (Auditório da Unoesc), às 19h30min
- Dia 28** – Criciúma (Igreja Matriz de São José), às 9 horas
– Lages (Parque Conta Dinheiro), às 19 horas
- Dia 29** – Rio do Sul (Auditório da Unidavi), às 10 horas
– Blumenau (Câmara de Vereadores), às 19 horas
- Dia 30** – Joinville (Sede da Amunesc), às 14 horas

Produtos apreendidos serão doados a entidades

Asilos, creches e entidades carentes de todo estado vão receber produtos apreendidos pelas autoridades competentes com poder de polícia. Isso é o que prevê o projeto 547/07, de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB), que foi aprovado em Plenário no dia 9 e será agora encaminhado à apreciação do Executivo.

Entre os produtos, estão brinquedos, medicamentos (com exceção dos falsificados) e também alimentos. No caso dos brinquedos serão excluídos os que apresenta-

rem algum risco à saúde das crianças. Os medicamentos e alimentos apreendidos só serão doados após a inspeção da vigilância sanitária. A preferência será para o encaminhamento a instituições que cuidam de crianças e idosos. “Esses produtos serão de grande utilidade para as entidades carentes”, afirmou a parlamentar, que também é autora de outra lei, que estabelece 12 de outubro, Dia da Criança, como a data para as escolas trocarem brinquedos que incitam a violência por educativos.

Concessão de título de Cidadão Catarinense ao presidente Lula gera polêmica

O projeto do deputado pe-
tista Jailson Lima, (PT) gerou polêmica na reunião do dia 8 da Comissão de Trabalho e

Serviços Públicos. O deputado José Natal Pereira (PSDB), ao relatar o Projeto de Lei nº 11/08, que concede título de cidadão

catarinense ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), declarou que se tivesse lido a matéria da revista “Veja” desta semana, sobre o presidente Lula, não concordaria com a concessão do título, já aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

“O PT está montando um esquema para derrubar o DEM e o PSDB nas principais cidades do país nas próximas eleições. O próprio Lula disse que quer acabar com a oposição”, disse. A manifestação foi rebatida pelo deputado Dirceu Dresch, da bancada do PT: “A Veja continua levantando suspeitas e pouco provou até agora”, argumentou.



Natal diz que não concorda com o título depois de ter lido matéria da Veja

COMISSÕES

Segurança Pública aprova incentivo a município que instalar presídios

Projeto prevê benefício fiscal e obras compensatórias às cidades que sediarem penitenciárias, colônias agrícolas e industriais, cadeias e locais de internação de jovens infratores



Deputado Dirceu Dresch preside reunião ordinária da Comissão de Segurança Pública

Eduardo Guedes de Oliveira

A instalação de novos presídios nos municípios quase sempre é motivo de indignação popular. A justificativa é que os moradores sentem-se ameaçados com a possibilidade de fugas e rebeliões nesses estabelecimentos. Pensando nisso, o deputado Cesar Souza Júnior (DEM) elaborou o Projeto de Lei 07/08 aprovado dia 9, na Comissão de Segurança Pública, em reunião ordinária presidida pelo deputado Dirceu Dresch (PT).

A proposta faculta ao Executivo estadual conceder incentivos fiscais e promover obras compensatórias aos municípios que sejam sede de penitenciárias, colônias agrícolas e industriais, cadeias públicas e locais de internação de jovens infratores. "A proposta é que o Estado compense os municípios que abrigam

esses estabelecimentos prisionais através de incentivos fiscais e construindo, em contrapartida, obras que venham a possibilitar melhorias na infra-estrutura e em obras nos municípios", justifica.

Também foi aprovado o Projeto de Lei 450/07, do deputado Narcizo Parisotto (PTB), que proíbe a venda e o consumo de bebidas alcoólicas em lojas de conveniência instaladas em postos de combustíveis localizados na área urbana, no horário compreendido entre meia-noite e seis da manhã. A intenção da matéria é coibir o consumo de álcool nesse horário, contribuindo, dessa forma, para reduzir o número de acidentes que resultam da combinação bebidas alcoólicas/volante. Os dois projetos de lei ainda deverão ser votados em Plenário.

Direitos e Garantias Fundamentais autoriza metragem mínima para casas populares

As casas populares em Santa Catarina deverão ter uma metragem mínima de 45 metros quadrados. A proposta apresentada pelo deputado Jailson Lima (PT) foi aprovada dia 9 na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. A matéria inicialmente previa área mínima de 40 metros quadrados, mas recebeu emenda substitutiva global apresentada pelo deputado Pedro Uczai (PT).

Caso a iniciativa venha ser aprovada em Plenário, as habitações construídas pelo Estado e municípios não poderão ter área

construída inferior aos 45 metros quadrados. A iniciativa é defendida como uma contribuição à política habitacional.

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Ada de Luca (PMDB), também foi favorável ao projeto que determina que Serasa, SPC e outras entidades de cadastros de negativo avisem ao consumidor que seu nome será incluído em seus bancos de dados, em caso de inadimplência. A proposta foi apresentada pelo deputado José Natal Pereira (PSDB) e recebeu emenda do

relator e coplanheiro de partido Serafim Venzon, resgatando o que inicialmente havia sido proposto: a comunicação será feita por carta registrada com Aviso de Recebimento (AR) para garantir que o consumidor seja comunicado.

Outra proposta aprovada no dia 9 é de iniciativa do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que assegura gratuidade nos transportes coletivos intermunicipais às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. A medida corresponde ao que já determina a legislação federal e o Estatuto do Idoso.



Comissão aprova gratuidade no transporte para pessoas acima de 60 anos

Eduardo Guedes de Oliveira



Objetivo é esclarecer população sobre organismos geneticamente modificados

Carlos Kilian

Fórum define material para campanha dos transgênicos

O Fórum Permanente que trata dos organismos geneticamente modificados (OGMs) esteve reunido dia 7 para definir o material a ser usado na campanha de divulgação sobre transgênicos em Santa Catarina.

De acordo com a deputada Odete de Jesus (PRB), presidente do Fórum, a idéia é esclarecer a população, por meio da mídia, das dúvidas mais freqüentes

sobre os transgênicos. "A partir de campanhas institucionais, vamos levar o conhecimento à sociedade e esclarecer o que realmente são os organismos geneticamente modificados", salientou.

Na reunião, foi definida a elaboração de uma cartilha e de um vídeo institucional para explicar detalhadamente o que são transgênicos. A confecção

do material vai contar com o apoio de algumas universidades, principalmente dos cursos de Agronomia. O encontro contou com a participação de representantes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural e Santa Catarina (Epagri), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

PLENÁRIO

Deputados aprovam medida provisória que cria Prêmio Educar

Matéria institui gratificação aos servidores ativos que atuam como professores

Graziela May Pereira e Rodrigo Viegas

O Plenário aprovou, dia 8, o Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n.º 145/08, que cria o Prêmio Educar. A sessão foi marcada pela presença de servidores públicos estaduais, especialmente professores, chegando a ser suspensa três vezes por causa do barulho dos manifestantes, que gritavam palavras de ordem contra a medida.

Em comitativas formadas por várias entidades representativas, os manifestantes repudiaram a proposta do Executivo e aplaudi-

ram os deputados da oposição, que repetidas vezes afirmaram em Plenário que o governo do estado vem discriminando os aposentados de Santa Catarina.

Apesar das críticas, a matéria foi aprovada por 22 votos. Ao todo, foram apresentadas sete emendas, entre modificativas e supressivas, e um substitutivo global, todos rejeitados. Com a aprovação, o governo institui, com data retroativa a 1º de março, o Prêmio Educar aos servidores ativos ocupantes dos cargos de professor, especialista em assuntos educacionais; assistente técnico-pedagógico e assistente de educação, aos professores

admitidos em caráter temporário do magistério público estadual e da Fundação Catarinense de Educação Especial. Os professores afastados da sala de aula não receberão os valores previstos como gratificação.

Conforme a proposta do Executivo será concedido R\$ 100,00, de março a julho, para os professores com carga horária de 40 horas semanais e aos da Fundação Catarinense de Educação Especial que atuam nas APAEs e campi da Fundação. O valor passa a R\$ 200,00 a partir de agosto.

Os opositores defendem que o governo deveria transfor-

mar o Prêmio Educar em reajuste salarial. O raciocínio leva em consideração os cerca de 60 mil servidores do magistério, entre ativos, inativos e de caráter temporário. De acordo com o deputado Padre Pedro Baldissera (PT), a emenda substitutiva global das bancadas de oposição previa dois reajustes salariais de 5%, sendo um válido a partir de março de 2008 e outro, de março de 2009. "A bancada de oposição teve todo o cuidado de ouvir os segmentos da nossa classe de educadores para, assim, retrabalhar uma proposta que pudesse preencher ou amenizar as perspectivas dos nossos educado-

res", disse Baldissera.

O coordenador regional do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte-SC), Danilo Ledras, defendeu a incorporação do abono aos salários, representando aumento real de 19,63%. "O piso salarial iria para R\$ 609,00 e trataria a todos de forma igualitária."

Danilo acredita que o Educar vai trazer problemas para o magistério estadual. "A classe vai ficar desesperada. Ninguém vai querer perder R\$ 432,00. Muitos professores irão trabalhar doente e outros vão adiar a aposentadoria", afirmou Danilo.



Com as galerias lotadas, deputados se revezam nos microfones para debater proposta; servidores públicos estaduais gritam palavras de ordem em defesa da valorização do magistério

Oposição domina pronunciamentos na tribuna

Na justificativa da não adotar emendas e conseqüentemente manter o texto original do Executivo, o deputado Herneus de Nadal (PMDB), líder do governo, afirmou que o magistério já foi contemplado com a primeira parcela do Prêmio Educar, o que inviabilizaria uma posição diferente, e disse que a maioria da categoria simpatizou com a proposta.

A MP do Prêmio Educar, como todas as medidas provisórias, entrou em vigor a partir de sua criação pelo Executivo. Ela então foi encaminhada à Assembléia Legislativa, que aprovou sua ad-

missibilidade, convertendo-a em projeto de lei. Os Parlamentares se manifestaram sobre o projeto, debatendo nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. O último passo foi a votação do projeto em Plenário.

Com a impossibilidade dos deputados da base de sustentação do governo se pronunciarem, devido aos gritos e apitos dos manifestantes, a oposição tomou conta dos pronunciamentos. O primeiro parlamentar a ocupar a tribuna para criticar o que chamou de "Prêmio Castigo" foi o deputado Joares Ponticelli (PP):

"É injustificável que um governo que gasta mais de R\$ 160 milhões por ano com secretarias regionais coloque como inviável um reajuste isonômico para uma área importante como a educação. A lotação total das galerias da Casa demonstra que o magistério está unido nesta luta, ao contrário do que o governo tem declarado na imprensa, numa tentativa inútil de fragilizar um movimento que tem todo nosso apoio".

Representante da classe dos professores, a deputada Odete de Jesus (PRB) ressaltou que a população terá condições de saber

com quais deputados pode contar. O deputado Pedro Baldissera lembrou que "o Executivo destina este ano mais de R\$ 200 milhões à publicidade. E apenas migalhas para o magistério". O deputado Sargento Amauri Soares (PDT) rechaçou a falta de diálogo com os servidores públicos e salientou que o Estado tem desembolsado apenas 39,9% da despesa líquida com a folha de pagamento, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal diz que se pode comprometer até 49% da receita ou um limite prudencial de até 46,5%.

Para explicar a importância das

emendas, o deputado Kennedy Nunes (PP) defendeu que todos "os professores sejam beneficiados com incremento de remuneração". O discurso mais inflamado coube ao líder do PT na Casa, deputado Pedro Uczaí, que criticou os colegas que votaram com o governo. "Qual o tipo de política pública pode ser construída quando não se propõe ou não se respeita o plano de carreira de uma categoria fundamental para a estruturação da sociedade? Esta política de abono desvaloriza os professores e compromete a qualidade da educação."

APROVADOS

Combate ao Câncer e Proteção da Criança e do Adolescente têm data

A deputada Odete de Jesus (PRB) teve, dia 9, aprovada várias matérias de sua autoria. O Plenário referendou o Projeto de Lei nº 559/07, que institui o Dia da Rede Feminina de Combate ao Câncer (RFCC) e que tem como propósito conscientizar a sociedade quanto aos aspectos educativos e sociais contra a doença.

Com data de comemoração, anualmente, no dia 27 de novembro, segue a referência do Dia Nacional de Combate ao Câncer.

“A escolha desta data, por si só, é uma homenagem às pessoas que, de forma voluntária, têm trabalhado em prol da população, em especial no estado de Santa Catarina”, justificou Odete.

Para ela, o trabalho voluntário é essencial para as entidades que vêm se mantendo através de doações e atividades promocionais, oferecendo sempre que possível o tratamento necessário às pessoas portadoras da doença. “A única maneira de combater o câncer é prevenir os tumores malignos, fazendo diagnóstico precoce da doença”, frisou.



Eduardo Guedes de Oliveira

Odete: projetos com foco na saúde e proteção às crianças e adolescentes

Proteção integral à criança

Informar a sociedade sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes é o objetivo da Semana Estadual de Conscientização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A semana foi instituída com a aprovação do Projeto de Lei nº 501/07, também da deputada. A medida busca ainda conscientizar e sensibilizar famílias, comunidades e o Poder Público dos seus deveres para com esses jovens cidadãos.

“Mobilizar a sociedade em geral e o Poder Público no combate a todo tipo de exploração e violência contra os direitos das crianças e adolescentes no estado é um dos nossos objetivos”, comentou Odete.

Inspirado na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Projeto de Lei vai destacar os direitos e deveres do Estatuto, agora comemorado anualmente do dia 13 ao dia 19 de julho.

Portadores de necessidades especiais garantem cota nos imóveis populares

O Poder Executivo fica autorizado, através da aprovação do Projeto de Lei nº 152/08, a destinar, no mínimo, 10% de todos os imóveis populares construídos por meio dos Programas Habitacionais promovidos pelo governo do Estado, a pessoas portadoras de deficiências. O projeto, de autoria do deputado José Natal Pereira (PSDB), recebeu emenda modificativa do próprio parlamentar, onde diz que os imóveis previstos no projeto serão adaptados às necessidades especiais conforme a deficiência apresentada pelo interessado no ato de inscrição.

A prioridade de seleção entre os candidatos obedecerá a ordem de inscrição e estudo sócio-econômico familiar realizado. O objetivo do projeto é suprir as necessidades da população deficiente do estado, que corresponde a 10%. “O deficiente não quer ser igual, mas ter a possibilidade de acesso aos mesmos direitos.”

Natal ainda defende a idéia de romper esse tipo de barreira. “Neste começo de século só existe uma grande batalha para os que estão envolvidos com tal questão em nosso país: a

conscientização do Estado e da sociedade”.



Natal: casas adaptadas

Cartórios de Paz receberão ajuda de custo de R\$ 1 mil

A Assembléia Legislativa aprovou também o Projeto de Lei Complementar nº 02/08, de origem do Executivo, que dá nova redação ao caput do artigo 14 da Lei Complementar nº 175, de 1998. A lei instituiu a ajuda de custo para os cartórios de Paz de Santa Catarina.

Com a nova redação da lei,

será repassada a esses cartórios, além do ressarcimento pelos atos gratuitos, uma ajuda de custo no valor de R\$ 1 mil para aquelas instituições cuja população da respectiva circunscrição geográfica não seja superior a três mil habitantes.

Já os cartórios de paz instalados em localidades com

população superior a três mil habitantes, com limite de até cinco mil habitantes, receberão o valor de R\$ 750.

Os cartórios de Paz cuja população de abrangência for superior a cinco mil habitantes até o limite de dez mil habitantes, receberão R\$ 500 de ajuda de custo.

Parlamento altera Semana de Prevenção ao Câncer de Mama

Na sessão ordinária do dia 8, foi aprovado o Projeto de Lei nº 55/08, que dá nova redação à Lei nº 11.514/00. Esta lei instituiu a Semana de Prevenção ao Câncer de Mama, autorizando a cirurgia plástica reconstrutiva de mama no caso de mutilação total ou parcial, custeada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou por plano de saúde, quando assegurada. Além da cirurgia plástica, a proposta também prevê o tratamento custeado pelo SUS, inclusive com os medicamentos, auxílio-doença, quando assegurado pelo INSS, saque do FGTS e do PIS.

O autor da matéria, deputado Valmir Comin (PP), justificou sua proposta ao ressaltar a mama como identidade feminina e que sua mutilação afeta os aspectos

físico e psicológico. “A sua reconstrução é de suma importância para recuperar a auto-estima, auxiliar o tratamento do câncer e ajudar a restabelecer o convívio social da mulher”, explicou.



Comin: reconstrução custeada

Projeto cria Política de Saúde Vocal do Professor

Para resgatar os valores essenciais dos trabalhadores do magistério do Estado, a Assembléia

aprovou, dia 9, o Projeto de Lei nº 512/07. A matéria institui uma Política Estadual para a Saúde Vocal dos educadores, julgando como necessária a prevenção e orientação para o uso adequado da voz.

De acordo com o autor do projeto, deputado Dagomar Carneiro (PDT), a Política Estadual de Saúde Vocal do Professor deverá abranger assistência preventiva na rede pública de saúde através da realização de curso teórico-prático. A iniciativa garante, também, o pleno acesso ao tratamento médico fonoaudiológico, quando detectada alguma disfonia.



Carneiro: prevenção e tratamento

Redes bancárias ficam obrigadas a ter banheiros para clientes

Aprovado projeto que obriga as agências bancárias no Estado a instalar banheiros masculinos e femininos, bem como bebedouros, para uso dos clientes. O Projeto de Lei nº 619/07 é de autoria do deputado Manoel Mota (PMDB). “É o mínimo de conforto que as instituições podem oferecer aos clientes que utilizam os serviços bancários”. Os banheiros ainda deverão conter instalações adequadas para portadores de deficiências físicas de ambos os sexos.



Mota: conforto mínimo ao cliente

GERAL

Projeto garante proteção ao consumidor de combustíveis

Para garantir proteção ao consumidor com uma efetiva repressão às irregularidades na produção e comercialização de combustíveis no Estado, foi aprovado, dia 9, o Projeto de Lei n.º 332/07, de autoria do deputado Marcos Vieira (PSDB). Pelo projeto, quem adquirir, transportar, estocar, distribuir ou revender o combustível em desconformidade com as especificações do órgão regulador poderá ser multado, ter o estabelecimento interditado e o produto apreendido.

Conforme emenda substitutiva global do deputado Onofre

Santo Agostini (DEM) a desconformidade será comprovada apenas



Vieira: multa e produto apreendido

pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) ou por órgãos por ela credenciados ou conveniados. Para a comprovação do ato ilegal serão coletadas três amostras (prova, testemunha e contraprova).

Vieira defende que o projeto representa uma importante ferramenta no combate às fraudes que ocorrem no setor de combustíveis. "Tais condutas ocasionam lesões às relações de consumo, podem constituir crime contra a ordem econômica e, em geral, implicam evasão fiscal e concorrência desleal com os contribuintes que atuam dentro da legalidade", disse.

Parques serão adaptados para crianças com deficiência

Com o objetivo permitir a crianças com deficiências físicas o convívio social foi aprovado também no dia 9 projeto que torna obrigatória a instalação de brinquedos adaptados. De número 407/07 e autoria do deputado Darci de Matos (DEM), abrange os parques e as áreas de lazer, públicos ou privados, inclusive os integrantes de condomínios residenciais.

Segundo o parlamentar, o projeto permitirá que a criança com deficiência desfrute do prazer de brincar com liberdade e em harmonia com as outras crianças.

"O ato de brincar possui um efeito biológico e psíquico estimulante, contribuindo positivamente para o crescimento pessoal. O projeto quer cooperar para com a socialização das crianças que hoje passam boa parte do tempo em instituições especializadas."

Matos acrescentou que a maioria dos brinquedos nos parques e áreas de lazer de Santa Catarina e do Brasil foi desenvolvida para pessoas que não apresentam deficiências físicas. Assim, não oferecem reais possibilidades de uso para crianças especiais.



Matos: socialização nos parques

Audiência pública em São Carlos avalia impacto de usina hidrelétrica

Para debater os impactos causados pela construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, a Assembléia Legislativa promoveu, no dia 10, em São Carlos, uma audiência pública.

Proposta pelos deputados petistas Pedro Uczai, Dirceu Dresch e Padre Pedro Baldissera, todos do Partido dos Trabalhadores, a audiência fez um levantamento da atual situação dos agricultores e pescadores atingidos pela barragem, cujos direitos de indenização não estariam sendo reconhecidos.

Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), cerca de 3,5 mil famílias serão atingidas pela construção da barragem, mas apenas 2,4 mil estão sendo reconhecidas pelo

consórcio responsável pela obra.

Além disso, os parlamentares buscam informações relacionadas às condições de trabalho dos funcionários da usina hidrelétrica. Segundo informações divulgadas pela imprensa no mês de março, os trabalhadores estariam enfrentando situações precárias no canteiro de obras.

Para debater o assunto, o evento reuniu, além dos deputados, representantes do Consórcio Foz do Chapecó, movimentos sociais, agricultores, pescadores, Ministério Público, Secretaria Nacional da Pesca, Ibama, Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina, Associação Comercial e Industrial de Águas de Chapecó, Ministério

das Minas e Energia e prefeitos de municípios da região.

A audiência pública atraiu diferentes setores sociais, que se manifestaram em busca de uma solução ao impasse de sustentabilidade e do impacto ambiental que envolve a construção da usina hidrelétrica na região de Chapecó.

A reunião promovida pelo Legislativo estadual também discutiu a situação dos agricultores atingidos por outras barragens que estão sendo construídas na região Oeste de Santa Catarina.

A Usina Foz do Chapecó está localizada ao lado da barragem de Barra Grande, outra obra de impacto ambiental e social, que atinge toda a região.

[GABINETES]

MARICULTURA CATARINENSE

A contaminação de ostras e mariscos em criatórios localizados na baía Sul da Ilha de Santa Catarina, em consequência do fenômeno conhecido como maré vermelha, foi tema de pronunciamento do deputado Edison Andrino (PMDB), quando pediu especial cuidado das autoridades sanitárias no trato da questão.

O parlamentar entende que é preciso preservar a credibilidade da produção catarinense, que reputa ser a maior da América do Sul, e qualificou o atual problema sanitário como momentâneo, "até porque mariscos e ostras se auto depuram". Advertiu que é preciso cuidado para evitar prejuízo ao mercado conquistado após décadas de aprimoramento, que faz com que o produto catarinense seja apresentado com destaque nos cardápios dos melhores restaurantes de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Lembrou o episódio recente no criatório de camarão, a chamada "mancha branca", que afetou a comercialização mesmo em áreas onde não havia a doença, atingindo até o camarão pescado no mar. (Evry Pedro Schmitt, assessor da bancada do PMDB)

FRIGORÍFICO CHAPECÓ

O deputado Pedro Uczai (PT) participou, no último dia 4, em Xaxim, de uma reunião entre suinocultores da região Oeste e o síndico da massa falida do Frigorífico Chapecó, o advogado Alexandre Britto de Araújo. A reunião foi promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, com o propósito de buscar uma solução para dezenas de suinocultores que ainda não receberam pelos suínos que entregaram ao Frigorífico Chapecó antes de sua falência.

Segundo estimativas do sindicato, o crédito dos suinocultores da região junto ao Frigorífico Chapecó pode chegar a R\$ 4 milhões, e deve ser negociado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros credores da massa falida. O parlamentar confirmou ainda que nos próximos dias fará uma audiência com a direção do BNDES, para tentar um acordo. (Vagner Dalbosco, assessor do deputado Pedro Uczai)

INSPEÇÃO SANITÁRIA

A deputada Odete de Jesus (PRB), acaba de aprovar e encaminhar moção ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, para que os serviços de inspeção sanitária dos produtos de origem animal não sejam privatizados como, entende o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Segundo a parlamentar, a oferta deve ser mantida como vem sendo realizada, conforme especifica a Lei nº 7.889, de novembro de 1989, que prevê que esses serviços sejam realizados, com exclusividade, por órgãos municipais e estaduais. "Em caso de privatização desses serviços, haverá grandes prejuízos à saúde pública e, em especial, à segurança dos alimentos consumidos pela população", reflete a deputada. (Marly de Paulla, assessora da deputada Odete de Jesus)

WILLY ZUMBLICK

O deputado Genésio Goulart (PMDB) lamentou a morte do artista plástico tubaronense Willy Zumblick e elogiou o reconhecimento de sua importância para Santa Catarina, traduzida na decisão do governador Luiz Henrique da Silveira, que decretou luto oficial por três dias no Estado.

Zumblick faleceu na semana que passou, dia 3, aos 94 anos, após meses de internação no Hospital Nossa Senhora da Conceição. Deixou um acervo calculado em cerca de cinco mil obras, a maioria pinturas em óleo sobre tela. "Perdemos uma grande expressão da comunidade tubaronense, um artista reconhecido e com obras difundidas pelo mundo", disse Genésio. (Evry Pedro Schmit, assessor da bancada do PMDB)

ONG reforça luta de quem procura filho desaparecido

Portal Esperança SOS Criança, que surgiu a partir de experiência de um pai cuja filha foi raptada, é exemplo solidariedade em SC

Rose Mary Paz Padilha

Em média, o Brasil registra 40 mil desaparecimentos de crianças e adolescentes por ano. O criador da organização não-governamental Portal da Esperança SOS Criança, que atua na prevenção e busca de crianças desaparecidas em Santa Catarina, Gerson Rumayor, conhece bem esse sentimento.

Há 15 anos, já separado da mulher do primeiro casamento, ele ficou um mês sem notícias da filha - na época com cinco anos - que foi levada pela mãe. "Foram 30 intermináveis dias sem saber onde minha filha estava. Cheguei a gritar o nome dela no meio da rua como forma de desabafar minha dor", declarou Gerson. O coordenador do portal disse que essa experiência o

ajudou a entender o que sente quem tem seus filhos "roubados" do convívio familiar, muitas vezes pelo pai ou pela mãe.

Hoje, Gerson Rumayor dedica grande parte do seu dia a ajudar pessoas que procuram pelos filhos desaparecidos. Segundo ele, o agravante em localizar essas crianças e adolescentes está na falta de uma delegacia especializada.

Como não existe troca de informações entre as delegacias, não é possível saber o número exato de desaparecimentos no estado. "Um boletim de ocorrência de um furto de bicicleta, por exemplo, é o mesmo de uma briga de vizinhos, o que é lamentável", afirmou. Disse ainda que no site do Ministério da Justiça estão registrados dois desaparecimentos ocorridos em Santa

Catarina e que não estão nas estatísticas daqui: um menino de Itajaí e outro de Florianópolis - ambos desaparecidos há mais de um ano.

Encontrados

De acordo com o Ministério da Justiça, em 80% e 90% dos casos de desaparecimentos as crianças são localizadas 48 horas após o ocorrido. A maioria dos casos acontece com crianças de mais de dez anos que fogem da casa dos pais. À primeira vista, diz Gerson, os números parecem positivos, mas os que não são localizados somam de 4 mil a 6 mil casos por ano, a maioria acontecendo com crianças menores de dez anos de idade. "É um número muito grande", alerta Gerson.

Parceria com Assembléia devolve menina ao lar

Desde 2007, o Parlamento catarinense, por meio dos seus veículos de comunicação social, está engajado no trabalho de prevenção e busca de crianças desaparecidas. O jornal AL Notícias, com tiragem semanal, divulga fotos e dados dos desaparecimentos ocorridos no estado e no país. A Rádio Alesc Digital e

a TVAL também participam da campanha, veiculando essas informações. A indicação partiu do deputado César Souza Júnior (DEM), com aprovação unânime dos parlamentares.

A boa notícia é que esse trabalho já rendeu frutos. Uma menina de Florianópolis que fugira de casa deixando os pais sem

notícias por três meses voltou depois de ter seu nome divulgado nos veículos de comunicação da Assembléia. A própria menina e outras pessoas que com ela conviveram nesse período sentiram-se pressionados quando viram a foto da adolescente no jornal e na TVAL. Como resultado, a menina voltou para a casa dos pais.



Portal SOS Criança atua na prevenção e busca de crianças no estado

Campanha ganha livro e DVD

Para marcar os dez anos do Portal da Esperança, uma nova campanha está programada para o final de abril. O destaque é o lançamento do livro "Sofia, a história de um rapto", de autoria do próprio coordenador do portal.

Em sua obra de 128 páginas, Gerson Rumayor conta a dor e o sofrimento de uma mãe que procura pela filha raptada aos quatro anos de idade e o drama vivido pela menina. Junto com o livro fazem parte da campanha um DVD com as inserções da TV AL

sobre os desaparecimentos e um manual de erradicação da violência contra crianças e adolescentes. Esse material, que tem a parceria da Cellesc, será distribuído aos conselhos tutelares, conselhos municipais da criança e do adolescente e escolas. O trabalho é inédito no Brasil.

O próximo passo é buscar multiplicadores para a campanha. A partir de maio, Gerson vai percorrer todas as mesorregiões de Santa Catarina, com palestras e distribuição de cartazes com fotos dos desaparecidos.

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



PROJEÇÃO



Launor Baron Medeiros
Nascido em 11/02/1962
Desaparecido em 11/01/1978
Cidade: Santa Maria - RS



Graciane da Silva Bandeira
Nascida em 02/07/1988
Desaparecida em 10/10/2005
Cidade: Paçandu - PR



Taila Regina O. M. De Moraes
Nascido em 02/04/1991
Desaparecido em 02/04/2006
Cidade: São Paulo - SP



Viviane Cantalice Pêgo
Nascida em 08/09/1992
Desaparecida em 28/01/2006
Cidade: Suzano - SP